

Plenária rejeita maioria das propostas dos comitês

Assessoria
Da Sucursal do Rio

12 MAI 1986

FOLHA DE SÃO PAULO

Paulo Whitaker



A rejeição da maioria das propostas apresentadas pelos comitês temáticos, longas discussões em tom exaltado, debates sobre pequenas divergências vocabulares, trabalho em ritmo lento e repercussão externa das primeiras decisões foram características da reunião plenária da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, realizada no início da semana que passou (dias 5, 6 e 7).

Foram as primeiras plenárias decisivas, em que se discutiram os relatórios dos comitês de número 10, referente ao capítulo "Defesa do Estado, da Sociedade Civil e das Instituições Democráticas" e, de número 8, sobre a "Ordem Econômica". As propostas aprovadas serão incluídas no anteprojeto de constituição que a Comissão prepara para entregar ao presidente José Sarney, em julho, como 'subsídio para o Congresso constituinte'. A redução dos poderes das polícias militares, a extensão do serviço militar obrigatório a mulheres e religiosos, a criação do estado de alarme, a censura à imprensa durante o estado de sítio, a garantia da intervenção do Estado na economia e a definição do trabalho das donas-de-casa como atividade econômica foram algumas destas primeiras decisões.

Polêmica

Os temas dos comitês 10 e 8 foram escolhidos para os primeiros debates porque a Comissão julgava que seriam os menos polêmicos. Entretanto não foi o que se revelou nas reuniões, que, depois de três dias, com quatro horas de debates pela manhã e quatro e meia à tarde, conseguiram esgotar o capítulo "Defesa do Estado" e concluir um terço das decisões sobre o capítulo "Ordem Econômica".

Já no primeiro dia, a Comissão se dividiu sobre uma proposta do consultor-geral da República, José Saulo Ramos, que transferia para a polícia civil a competência da vigilância ostensiva nas cidades. A sugestão, que, como consequência, acarretaria a extinção das polícias militares, foi combatida com veemência pelo jurista e ex-secretário de Segurança de São Paulo, Miguel Reale Jr., 41, relator do comitê 10: "é uma irresponsabilidade derrubar uma instituição com o peso e a tradição das PMs.



Mesa da Comissão Provisória e à direita, de pé, alguns delegados de Polícia

Tentar unificar as polícias civil e militar é, na prática, impossível e pode gerar um grave conflito", argumentou. Depois de aprovar a proposta de Saulo, apesar dos protestos de Reale, a Comissão decidiu repetir a discussão no dia seguinte, sob alegação de que a votação teria sido "confusa" e Saulo poderia apresentar sua sugestão por escrito, explicitando melhor as funções da nova polícia que propunha criar.

As notícias sobre a tendência da Comissão pela extinção das PMs, provocou reações imediatas: a Folha publicou, no dia 7 de maio, uma nota do Clube de Oficiais e outras entidades ligadas à PM, criticando a proposta de Saulo. "Democracia é construir e não destruir", afirmava a nota. Pressão contrária foi feita no dia em que a proposta voltou a ser discutida: delegados de polícia, entre eles representantes da Associação de Delegados do Rio, foram ao Hotel Glória, no bairro da Glória, zona sul do Rio, onde reuniu-se a Comissão, para defender a extinção das PMs e maior poder às polícias civis. Conquistaram uma vitória parcial: a Comissão aprovou uma sugestão conciliadora do cientista político,

Joaquim de Arruda Falcão Neto, transferindo o policiamento ostensivo para a polícia civil, mas conservando as PMs, como tropa de choque e corpo de bombeiros. Miguel Reale Jr. não aceitou a decisão: "assim, as PMs serão praticamente extintas. Criamos um monstro", afirmou.

As discussões voltariam no último dia de plenária, quando a Comissão discutia, no capítulo "Ordem Econômica", a intervenção do Estado na economia. A proposta do comitê, defendida pelo seu relator, o advogado de empresas Alberto Venâncio Filho, 51, era de priorizar a iniciativa privada e limitar a ação econômica do Estado. Depois de debates e votações tensas, a tendência "privatizante" do comitê foi anulada pela Comissão, que preferiu as propostas do ministro da Cultura, Celso Furtado, trabalhadas, nos debates, pelo procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, entre outros. Ficou garantida a "ação supletiva e reguladora" do Estado na economia e retirada a "prioridade à empresa privada". A ausência da maioria dos empresários que elaboraram a proposta do comitê (Antônio Ermírio de Moraes, Luís Eulálio de

Bueno Vidigal filho, Sérgio Quintella) contribuiu para este resultado.

A Comissão decidiu que as Forças Armadas destinam-se a assegurar "os poderes constitucionais" e não "os poderes e a ordem constitucionais", como propunha o relatório do comitê. Foi mantido o serviço militar obrigatório, apesar da opinião contrária do representante do movimento negro de São Paulo, Hélio Santos, mas ele foi estendido a mulheres e religiosos, com a opção de ser substituído "por serviços civis de interesse nacional, nos tempos de paz". Ficou permitida a constituição de guardas municipais, em municípios de mais de duzentos mil habitantes. O "estado de alarme" foi criado para "preservar a ordem pública ou a paz social, em locais determinados e restritos", substituindo as medidas e o estado de emergência da atual Constituição. O "estado de sítio" só poderá, segundo a proposta aprovada, ser decretada pelo Congresso Nacional, e autoriza "restrições à divulgação de informações pela imprensa e radiodifusão" em casos de "comoção intestina grave" ou "guerra".

Na "Ordem Econômica", incluiu-se como objetivos da atividade econômica "assegurar o pleno emprego" (proposta do diretor do Dieese, Walter Barelli) e "redução das desigualdades sociais". E foi incluído um artigo que caracteriza como "atividade econômica atípica a realizada no recesso do lar". "É uma conquista das donas-de-casa, que poderão reivindicar aposentadoria, pensão ou outros direitos trabalhistas" segundo a advogada Florisa Verucci.

Nova reunião plenária será realizada nos dias 19, 20 e 21 deste mês, no Hotel Glória, para terminar os debates sobre a "Ordem Econômica" e iniciar a apreciação da "Ordem Social", capítulo do comitê 9. Preocupados com a dificuldade de terminar o anteprojeto até julho o cientista político Bolívar Lamounier, 42, sugeriu uma "plenária intensiva" e a secretaria da comissão está estudando a hipótese de realizar oito a dez dias seguidos de plenária, num "lugar afastado", possivelmente em Araxá (MG), a 383 km de Belo Horizonte.

ANC 88
Pasta Jan/Jul 86
063

ANC-Clp
X